

**Aspectos da inclusão sociocultural em museus: a experiência da
Pinacoteca de São Paulo**

Gabriela Aidar

Ao desenvolvermos os projetos educativos dentro das instituições museológicas nas quais atuamos, alguns pressupostos conceituais devem servir de ponto de partida e também de eixo condutor. As questões mais técnicas e específicas de cada museu e equipe se colocam, tais como aquelas ligadas às opções metodológicas de trabalho, às correntes pedagógicas com as quais nos identificamos, bem como à tipologia, acervos e modelos expositivos de nossas instituições. Entretanto, acredito que há outros pontos igualmente importantes a se considerar, mais ligados a aspectos ideológicos do papel da cultura e do patrimônio em nossa sociedade. Desenvolver projetos museológicos, sejam eles educativos ou de qualquer outra área de atuação dos museus, sempre implica em tomadas de posições ideológicas a respeito do papel social dessas instituições – seja isto feito de maneira consciente ou não. Mesmo quando buscamos ser “estritamente técnicos” em nossas práticas, tais posições estão presentes, ou seja, uma pretensa neutralidade não é possível.

Tendo isto em mente, apresentarei algumas das opções que assumimos e conceitos com os quais trabalhamos para o desenvolvimento das ações do Programa de Inclusão Sociocultural do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo, desde 2002. Antes de tudo, partimos da ideia da cultura como um direito fundamental. Os chamados direitos culturais fazem parte dos direitos humanos fundamentais, somando-se aos direitos políticos, sociais e econômicos. Isto se encontra presente em diversos documentos, entre os quais a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948, que em seu Artigo XXVII afirma: *toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.*

Entretanto, os direitos culturais, diferentemente dos direitos sociais, ainda são pouco conhecidos e praticados. Segundo o Ministério da Cultura, são eles:

- direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito ao patrimônio cultural).
- direito à participação na vida cultural, que compreende: direito à livre criação; direito ao livre acesso; direito à livre difusão; direito à livre participação nas decisões de política cultural.
- direito autoral.
- direito ao intercâmbio cultural (nacional e internacional).¹

Desta forma, a questão do acesso à cultura é central para o exercício dos direitos culturais. De acordo com Annamari Laaksonen, da Fundação Interarts, de Barcelona,

*a participação nas atividades culturais, juntamente com o acesso a elas, forma a espinha dorsal dos direitos humanos relacionados à cultura. O acesso é um elemento indispensável de direito cultural e, principalmente, do direito de participar da vida cultural. O acesso está relacionado a oportunidades, opções, alternativas e escolhas. É um ambiente seguro e capacitador de igualdade, interação, reconhecimento e respeito. Construir acesso está relacionado a tornar possível, facilitar e deixar acontecer. O acesso é uma pré-condição para a participação, e a participação é indispensável para garantir o exercício dos direitos humanos.*²

Quando tratamos da acessibilidade em museus, diferentes concepções do termo se impõem. Em nossa prática no Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca utilizamos o termo acessibilidade no que consideramos uma

¹ Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural. Secretaria de Articulação Institucional. Coordenação Geral de Relações Federativas e Sociedade. Guia de Orientações para os Municípios. Sistema Nacional de Cultura - Perguntas e Respostas. Brasília: maio de 2011, p. 19.

² LAAKSONEN, Annamari, "O direito de ter acesso à cultura e dela participar como características fundamentais dos direitos culturais". Revista Observatório Itaú Cultural/OIC – n. 11 (jan./abr. 2011). São Paulo: Itaú Cultural, 2011, p. 50.

acepção mais ampla, envolvendo não apenas as questões ligadas à promoção de *acesso físico*, por meio da garantia de circulação e afluxo de público às instituições (com a utilização de rampas, elevadores e mesmo com a gratuidade nos ingressos), mas também – e especialmente – no que se refere a aspectos intangíveis do contato com os museus, como aqueles relacionados ao *acesso cognitivo*, ou seja, ao desenvolvimento da compreensão dos discursos expositivos, e ao que podemos chamar de *acesso atitudinal*, por meio do desenvolvimento da identificação com sistemas de produção e fruição, e da confiança e prazer pela inserção no espaço do museu. Com a ampliação da compreensão e uso do termo, os museus podem desenvolver ações de acessibilidade que incluam não apenas públicos com deficiências, mas outros igualmente excluídos dos processos e sistemas oficiais de cultura.³

A Pinacoteca está localizada no Parque da Luz, no chamado centro antigo da cidade de São Paulo, uma área com boa infraestrutura de serviços e equipamentos públicos e privados, mas que conta ainda assim com populações vivendo em condições precárias de subsistência, similares às de áreas periféricas empobrecidas da cidade de São Paulo. É uma região que sofreu sucessivos momentos de degradação socioeconômica e que hoje passa por um controverso projeto de revitalização urbana, com perspectivas de exclusão dos setores populares. É o mais antigo museu de arte do estado de São Paulo, fundado em 1905. Atualmente possui cerca de 9.000 obras, entre pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, fotografias e objetos de arte brasileira e internacional dos séculos XVIII aos dias de hoje. O museu conta com uma exposição de longa duração do acervo, e uma extensa e variada programação de exposições temporárias. A partir de 2004, conta ainda com mais um edifício, a Estação Pinacoteca, que apresenta exposições temporárias de arte, além de abrigar o Memorial da Resistência, espaço dedicado a resguardar a história da resistência e repressão políticas dos momentos ditatoriais do país do século XX.

³ CHIOVATTO; AIDAR; SOARES e AMARO. “Repensando a acessibilidade em museus: a experiência do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo”, Diálogos entre Arte e Público - Acessibilidade Cultural: o que é acessível e para quem?, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, v. 3, 2010, p. 18.

Seu Núcleo de Ação Educativa, estruturado desde 2002, tem como objetivos gerais desenvolver ações educativas a partir das obras do acervo do museu; promover a qualidade da experiência do público no contato com as obras de arte; garantir a ampla acessibilidade ao museu, além de incluir e transformar em frequentes, públicos não habitualmente frequentadores. Atualmente, os programas desenvolvidos pelo Núcleo de Ação Educativa são:

- Visitas educativas: disponíveis a quaisquer grupos organizados que as agendem previamente, com preponderância de grupos escolares;
- Programas para professores: encontros preparatórios para professores, que visam dar subsídios pedagógicos acerca de temas e conteúdos do acervo da Pinacoteca e de algumas de suas exposições temporárias;
- Programa Educativo para Públicos Especiais: atua junto a grupos de pessoas com deficiência sensorial, física ou mental, por meio de uma série de abordagens e recursos multissensoriais;
- Programa Consciência Funcional: promove a formação continuada de funcionários do museu, especialmente de recepção, manutenção e segurança, em aspectos da educação patrimonial e nas especificidades das instituições museológicas;
- Materiais e recursos de mediação: publicações e recursos de mediação tanto para educadores e professores utilizarem em sua prática pedagógica fora do museu, quanto para o público espontâneo em visita, como jogos para visitas familiares, guias de autovisita e etiquetas comentadas;
- Programa de Inclusão Sociocultural, sobre o qual centraremos nossa atenção.

O Programa de Inclusão Sociocultural visa promover o acesso qualificado aos bens culturais presentes na Pinacoteca a grupos em situação de vulnerabilidade social, com pouco ou nenhum contato com instituições oficiais da cultura, como museus.⁴ O Programa busca ainda contribuir para a

⁴ Segundo a Coleção Cadernos de Políticas Culturais. Vol. 3. Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto de Pesquisa

promoção de mudanças qualitativas no cotidiano desses grupos e para a formação de novos públicos de museus.

Neste ponto, faz-se relevante esclarecer o uso que fazemos do conceito de inclusão social. Em nossa prática, ao utilizarmos o conceito de exclusão social, nos referimos aos processos pelos quais um indivíduo ou grupo tem acesso limitado às ações, sistemas e instituições tidas como referenciais e consideradas padrão da vida social, e por isso encontram-se privados da possibilidade de uma participação plena na sociedade em que vivem. Esses indivíduos ou grupos quando se encontram socialmente vulnerabilizados podem enfrentar diversas e simultâneas situações de exclusão: a perda de direitos pela exclusão de sistemas políticos, a perda de recursos pela exclusão dos mercados de trabalho e a deterioração das relações pessoais pelo enfraquecimento de laços familiares e comunitários, ficando, assim, sujeitos a um contexto de privação múltipla.⁵ A essa situação podemos acrescentar, ainda, o enfraquecimento de sentimentos de pertencimento e reconhecimento cultural pela exclusão dos circuitos e instituições da cultura oficialmente instituída.

Se nos baseamos na definição de exclusão social como um *processo* e um *estado* pelos quais dinâmicas sociais e instituições limitam alguns grupos de uma ampla participação na sociedade, podemos argumentar que as instituições culturais podem executar um papel numa rede de elementos excludentes, ou por oposição, serem ferramentas para a inclusão social. Além disso, dada a natureza multidimensional da exclusão, políticas voltadas para a inclusão devem assumir uma abordagem interdisciplinar, o que pode incluir serviços culturais assim como serviços sociais, posicionando as instituições culturais na

Econômica Aplicada, 2007, 78% dos brasileiros nunca vão a museus. Dentre esses, uma percentagem maior, 83% de pessoas das classes D e E, não frequenta esse tipo de instituição cultural.

⁵ DE HAAN, A. e MAXWELL, S. (eds.), "Poverty and social exclusion in North and South". International Development Studies Bulletin, vol. 29, n.1, 1998, pg. 03. Várias reflexões relacionadas à aplicação do conceito de inclusão social nos museus podem ser encontradas nas publicações de Richard SANDELL (ed.), Museums, society, inequality. Londres e NY: Routledge, 2002 e DODD, Jocelyn e SANDELL, Richard (eds.), Including museums: perspectives on museums, galleries and social inclusion. Leicester: Research Centre for Museums and Galleries, 2001.

arena dos problemas sociais, mais uma vez indicando que como profissionais da cultura não devemos nos separar das demandas sociais.⁶

Neste sentido, alguns autores apontam 3 níveis de ação a partir dos quais as instituições culturais podem colaborar para a promoção de mudanças sociais:

- 1) Individual – por meio do desenvolvimento da autoestima, do senso de identidade e da aquisição de novas habilidades.
- 2) Comunitário – por meio do incremento na autodeterminação, em processos de tomadas de decisões e na participação de estruturas democráticas.
- 3) Social – por meio do incremento nos sentimentos de pertencimento cultural e na afirmação de identidades para grupos em situação de desvantagem.⁷

Na área da comunicação museológica temos uma significativa contribuição dos museus aos processos de desenvolvimento social, a partir de sua capacidade de criação e difusão do conhecimento, ou do que poderíamos chamar de sua autoridade interpretativa, por meio da geração e legitimação de narrativas sociais. Entretanto, apesar da potencialidade para questionar padrões sociais estabelecidos a partir de sua autoridade interpretativa - que envolve não apenas a formulação de exposições, mas também a formação de seus acervos -, o que vemos ainda em muitos museus é uma atitude de delegar aos seus setores educativos a tarefa de responder às demandas sociais que lhes são direcionadas, como se estes fossem os responsáveis por “traduzir” o conhecimento produzido pelas instituições.

Também se faz relevante apontar a diferença fundamental entre uma proposta de inclusão social e o desenvolvimento de públicos nos museus.

⁶ Conforme afirma Mark O’Neill, atual Diretor de Políticas e Pesquisas de Glasgow, na Escócia, “as implicações para o fato dos processos de inclusão e exclusão serem auto-reforçados são muito claras: qualquer organização que não esteja trabalhando para romper as barreiras está ativamente mantendo-as. A neutralidade não é possível.” O’NEILL, Mark, “The good enough visitor”, in: SANDELL, R. (ed.) *Museums, society, inequality*. Londres e NY: Routledge, 2002, p. 34.

⁷ DODD, J. e SANDELL, R. (eds.) *Including museums: perspectives on museums, galleries and social inclusion*. Leicester: RCMG, 2001. SANDELL, R. (ed.) *Museums, society, inequality*. Londres e NY: Routledge, 2002.

Podemos compreender o desenvolvimento de públicos como a promoção de acesso às instituições culturais, ou seja, o combate aos diversos obstáculos que dificultam o acesso aos museus. Por sua vez, desenvolver projetos de inclusão social é buscar dar um passo além no desenvolvimento de públicos, ao buscar a promoção de mudanças qualitativas no cotidiano dos grupos envolvidos.

Outro termo utilizado em nossa prática que merece esclarecimento, por não ser de imediata compreensão e, além disto, ser alvo de muitos questionamentos é o conceito de vulnerabilidade social. Apesar de sua adoção pelo Governo Federal, o termo *situação de vulnerabilidade social* não é consensual nem pode ser entendido como sinônimo de carência de renda. Adotamos no Programa sua compreensão como uma situação de violação de direitos, conforme expresso na *Política Nacional de Assistência Social*, do Governo Federal, que define seus usuários como “*cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos...*”. Este documento relaciona as situações de vulnerabilidades e riscos com a violação de direitos. O uso desse conceito implica uma maior abrangência de situações, nas quais a exclusão pela pobreza é mais uma delas e não a única, assim como a falta de acesso às políticas e aos serviços públicos (apesar da carência de recursos econômicos logicamente acentuar as vulnerabilidades).⁸

Neste sentido é interessante perceber como outras tradições sociais e políticas nomeiam grupos com características comuns, como por exemplo, dois museus espanhóis que desenvolvem ações educativas junto a grupos em situação de vulnerabilidade social (como presidiários e pessoas com transtornos mentais), o MUSAC - Museo de Arte Contemporáneo de Castilla y León que os denomina como *grupos com acessibilidade limitada devido a razões políticas e/ou sociais*, e o Museo Thyssen-Bornemisza, de Madri, que os caracteriza como *setores do público com dificuldade de acesso, ou coletivos em risco de exclusão*. Em ambos os casos, tais denominações também

⁸ “Política Nacional de Assistência Social – versão oficial”, Revista Serviço Social & Sociedade, n. 80, encarte, nov. 2004.

poderiam ser utilizadas no contexto brasileiro e possuem pontos em comum com o termo situação de vulnerabilidade social.

O Programa de Inclusão Sociocultural teve início em 2002, a partir da percepção da descontinuidade entre o que acontecia dentro e fora da Pinacoteca. Nesse ano realizamos uma pesquisa de perfil de público espontâneo cujos resultados comprovaram uma situação que podia ser percebida no convívio diário com o museu e seus visitantes: que estes possuem um perfil bastante específico e privilegiado, com altíssima escolaridade e renda familiar entre média e alta, além de não serem moradores do entorno ou mesmo de regiões próximas ao museu⁹, distinguindo-se, assim, do público que frequenta seus arredores.

Como forma de estabelecer relações construtivas com os grupos vulnerabilizados do entorno do museu, iniciamos as ações do Programa com a realização de um mapeamento das organizações sociais da região que poderiam vir a ser parceiras para os trabalhos, e com a participação em algumas iniciativas comunitárias que congregam agentes e entidades locais, por meio das quais pudemos conhecer melhor as questões e demandas da região e os potenciais parceiros. Assim, as ações educativas do Programa tiveram início com grupos do entorno da Pinacoteca, e atualmente trabalhamos com diversos grupos da região central da cidade, ainda que não exclusivamente.

Os grupos com os quais trabalhamos podem variar ao longo dos anos, mas em geral compõem-se de grupos em situação de rua, como usuários de casas de acolhida/albergues e centros de convivência; moradores de habitações precárias, como cortiços e ocupações, abundantes no centro da cidade; cooperativas e grupos de artesãos voltados à geração autônoma de renda; dependentes químicos em tratamento de saúde; jovens e crianças de setores populares participantes de projetos socioeducativos principalmente ligados a ONGs; educadores sociais, entre outros, sempre ligados a iniciativas da educação não-formal.

⁹ Pesquisa de perfil de público visitante da Pinacoteca - Você e o museu (2002).

Atualmente, desenvolvemos quatro frentes de trabalho a partir das seguintes ações:

- 1) Parcerias e visitas educativas aos grupos;
- 2) Curso de formação para educadores sociais;
- 3) Ação educativa extramuros;
- 4) Pesquisas de público e processos avaliativos.

1) Parcerias e visitas educativas aos grupos: estabelecemos parcerias com organizações que desenvolvam projetos socioeducativos com os públicos alvo a fim de realizar visitas educativas continuadas à Pinacoteca modeladas segundo demanda e perfil dos grupos, com constante avaliação e acompanhamento dos resultados. Junto aos parceiros, definimos os objetivos da parceria, planejamos uma série de visitas educativas que venham a responder às demandas de cada grupo e se somem às atividades já desenvolvidas pelas instituições de origem, pois assim, o contato com o museu não é desvinculado do trabalho ou processo educativo que se realiza na instituição de origem, devendo sempre enriquecê-lo e também relacionar-se ao cotidiano dos grupos.

2) Curso para educadores sociais: consiste em uma formação para educadores atuantes em ONGs e serviços de assistência e desenvolvimento social públicos ou privados que desenvolvam programas socioeducativos. Tem como objetivo dar subsídios para a elaboração, execução e avaliação de projetos educativos voltados à inclusão sociocultural dos grupos com os quais atuam, a partir das potencialidades educativas da Pinacoteca e de outros equipamentos culturais, estimulando as parcerias e o uso qualificado dessas instituições por parte dos educadores sociais.¹⁰ Como desdobramento do curso, publicamos o Arte+, um material impresso para educadores sociais, elaborado a fim de ampliar as ações iniciadas com o curso, com foco na educação em arte e na educação patrimonial, com distribuição gratuita entre

¹⁰ AIDAR, “Perspectivas da formação de educadores sociais para a educação em museus”, Revista Museu, Artigos 18 de Maio 2008 – Museus agentes de mudança social e desenvolvimento, <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?ano=2008>

organizações sociais de todo o país, atualmente em sua segunda edição. O material conta com texto explicativo sobre temas como a participação do museu nos processos de inclusão sociocultural, educação em museus, alguns conceitos de arte, entre outros temas, mais quatro reproduções de obras do acervo da Pinacoteca, contendo no verso sugestões educativas para a leitura da imagem e atividades práticas.

3) Ação educativa extramuros: a partir de 2008 tivemos as condições necessárias para implementar uma ação que há tempos nos interessava realizar - uma ação educativa extramuros, ou seja, uma ação educativa da Pinacoteca, mas que acontece principalmente fora do museu. Esta ação acontece junto a dois grupos de 15 adultos em situação de rua, um ligado à Casa de Oração do Povo da Rua, e outro à Casa Porto Seguro, duas casas de convivência para adultos em situação de rua próximas à Pinacoteca. Ela se estrutura a partir de oficinas de artes semanais nas organizações parceiras e de visitas educativas regulares à Pinacoteca, conjugando prática e reflexão sobre a arte, assim como uma maior familiaridade com o museu. O trabalho foi organizado em diferentes módulos, partindo do desenho – incluindo recortes, colagens, registros de observação, de memória e de invenção – para chegar a técnicas gráficas como a monotipia, tipografia, serigrafia e xilogravura, com ênfase nesta última. As oficinas são elaboradas e executadas pelo artista e educador Augusto Sampaio juntamente com a equipe do museu. Além das visitas educativas, ocorrem oficinas específicas para relacionar a criação de imagens com a criação de textos de caráter poético. A ação conta ainda com uma série de desdobramentos, como exposições educativas na própria Pinacoteca e mostras itinerantes, publicações de caráter reflexivo, álbuns de gravura, painéis de lambe-lambe, entre outros.¹¹

¹¹ Podemos citar os seguintes desdobramentos materiais da ação educativa extramuros: a exposição educativa **Convivência – ação educativa extramuros da Pinacoteca do Estado de São Paulo**, em cartaz entre março e maio de 2009 na Pinacoteca; a itinerância de uma versão reduzida desta mostra em 2010 no Museu Casa de Portinari, em Brodowski, e no Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, em Tupã. A publicação Percorrer e registrar – reflexões sobre a ação educativa extramuros da Pinacoteca do Estado de São Paulo, de 2010, composta por textos que refletem e avaliam os dois primeiros anos do projeto. Em 2011 foram elaborados dois álbuns com xilogravuras originais, um deles, intitulado Invento, conjuga as imagens em xilogravura e textos elaborados pelos participantes a partir das proposições das oficinas de criação de texto, compostos e impressos em tipografia. Ao final de 2011 também elaboramos uma série de 42 painéis com cartazes de xilogravura impressos em lambe-lambe

4) Pesquisas de público e processos avaliativos: no âmbito do Programa realizamos duas pesquisas de público que consideramos geradas e geradoras de nossa prática. A primeira foi a Pesquisa de perfil de público visitante da Pinacoteca - Você e o museu (2002), mencionada anteriormente, na qual se buscou entender quem era o público espontâneo naquele momento, ou seja, delinear a quem o museu servia, cujos resultados, entre outras coisas, vieram a fortalecer as práticas educativas inclusivas na Pinacoteca. Na segunda pesquisa, intitulada Expectativas e percepções do público do entorno em relação à Pinacoteca (2007/2008), voltamos nosso olhar para fora do museu, buscando compreender o que os frequentadores do entorno na Pinacoteca pensam a respeito dela, o que gerou uma série de iniciativas institucionais voltadas à melhoria das condições de acesso ao museu. Alguns dados comparativos das duas pesquisas nos indicam um grande contraste no que diz respeito a dados de perfil sócio demográfico, como por exemplo na escolaridade (inversamente proporcional nas duas pesquisas, com altos índices entre os visitantes da Pinacoteca e baixos índices entre os frequentadores de seu entorno).

A fim de avaliar as ações educativas desenvolvidas pelo Programa elaboramos instrumentos que permitem dar voz aos envolvidos diretos nas ações: os educadores do museu, os participantes e os responsáveis pelos grupos. Desenvolvemos assim um sistema triplo, que consiste em relatórios de caráter descritivo e analítico redigido pelos educadores do museu, e dois modelos de questionários, sendo um deles para os participantes e o outro para os educadores e/ou responsáveis pelos grupos. Um dos maiores desafios para a concepção dos instrumentos avaliativos foi o de contemplar a variedade e subjetividade das experiências e aprendizados envolvidos nas dinâmicas, uma vez que as ações propostas pelo Programa ultrapassam os conteúdos artísticos linguísticos, formais, técnicos e contextuais, na busca da valorização da experiência interpretativa e subjetiva do indivíduo no contato com a cultura. Assim, em busca de sistemas avaliativos compatíveis com esta proposta

que revestiram as janelas da fachada lateral da Pinacoteca durante 8 meses. Em 2012 uma nova mostra com os trabalhos recentes da ação extramuros, intitulada **De um lado a outro – ação educativa extramuros da Pinacoteca de São Paulo**, esteve em itinerância por espaços culturais das cidades de Iguape, Praia Grande e Jundiáí, no litoral e interior do estado de São Paulo.

educativa, somamos às reflexões que vínhamos desenvolvendo, as experiências avaliativas realizadas no Reino Unido, por meio dos *Generic Learning Outcomes* (Resultados Genéricos de Aprendizado), que propõem a ampliação dos modelos de avaliação para além da aquisição de conhecimento formal, incluindo também as formas de aprendizagem mais subjetivas, tais como o desenvolvimento de habilidades, de atitudes e valores, a promoção de prazer, inspiração e criatividade e a transformação de comportamento.¹²

Para finalizar, vale mencionar outro princípio que permeia as ações propostas e desenvolvidas pelo Programa de Inclusão Sociocultural em seus 10 anos de atuação: o conceito de equidade. Utilizá-lo significa assumir que não existem oportunidades iguais em nossa sociedade, e que devemos levar a igualdade em conta, mas compensando as desigualdades de origem entre os indivíduos e grupos.¹³

Ou como bem aponta a Equipe de Educação e Comunidade da ONG CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária),

*o princípio da equidade é tratar de maneira distinta os que não estão em condições de igualdade, exatamente para que sejam construídas relações justas. Em sociedades com longo passado de escravidão, como a brasileira, a sociedade assume papel decisivo na promoção da equidade e redução das desigualdades. Pessoas em desvantagem econômica necessitam de mais recursos públicos do que as economicamente favorecidas para ter garantidos os mesmos direitos, pois foram alijadas do acesso a bens e serviços públicos. Assim como nem toda igualdade é justa quando não considera as diferenças, nem toda desigualdade é injusta quando visa reduzir a iniquidade. Um tratamento desigual é justo quando beneficia os mais vulneráveis.*¹⁴

¹² Para conhecer a proposta avaliativa dos *Generic Learning Outcomes*, pode-se acessar o site www.inspiringlearningforall.gov.uk

¹³ Ideia proposta pela professora Maria Victoria Benevides, da USP, em aula sobre educação para a democracia.

¹⁴ CENPEC/Equipe Educação e Comunidade, "A infância e adolescência no Brasil: a diversidade como meio de promover a equidade", in: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de (coord.) *Avaliação: construindo parâmetros das ações socioeducativas*. São Paulo: CENPEC, 2005, p. 21.

BIBLIOGRAFIA

AIDAR, Gabriela, “Perspectivas da formação de educadores sociais para a educação em museus”, Revista Museu, Artigos 18 de Maio 2008 – Museus agentes de mudança social e desenvolvimento, <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?ano=2008>

AIDAR, Gabriela ((coord.) Percorrer e registrar: reflexões sobre a ação educativa extramuros da Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.

DE HAAN, Arjan e MAXWELL, Simon (eds.), “Poverty and social exclusion in North and South”. International Development Studies Bulletin, vol. 29, n.1, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de (coord.) Avaliação: construindo parâmetros das ações socioeducativas. São Paulo: CENPEC, 2005.

CHIOVATTO, Milene; AIDAR, Gabriela; SOARES, Luís Roberto, e AMARO, Danielle. “Repensando a acessibilidade em museus: a experiência do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo”, Diálogos entre Arte e Público - Acessibilidade Cultural: o que é acessível e para quem?, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, v. 3, 2010.

Coleção Cadernos de Políticas Culturais. Vol. 3. Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.

DODD, Jocelyn e SANDELL, Richard (eds.), Including museums: perspectives on museums, galleries and social inclusion. Leicester: Research Centre for Museums and Galleries, 2001.

Revista Observatório Itaú Cultural/OIC – n. 11 (jan./abr. 2011). São Paulo: Itaú Cultural, 2011.

Revista Serviço Social & Sociedade, n. 80, encarte, nov. 2004.

SANDELL, Richard (ed.), Museums, society, inequality. Londres e Nova York:
Routledge, 2002.